



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

## MINAS GERAIS

LEI Nº 1220, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022.

### DISPÕE SOBRE A PROMOÇÃO E A VALORIZAÇÃO DA FAMÍLIA CIRCENSE E INSTALAÇÃO DE CIR- CO ITINERANTE NO MUNICÍPIO DE ITAÚ DE MI- NAS - MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Itaú de Minas/MG por seus representantes aprovou e eu, Norival Francisco de Lima, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Esta lei dispõe sobre a promoção e valorização da família circense e do circo itinerante no Município de Itaú de Minas, visando salvar este patrimônio imaterial.

**Art. 2º** - Para efeitos desta lei considera-se:

**I - circo:** atividade permanente de caráter itinerante, realizada por famílias com tradição circense predominantemente sob lona, que integra o patrimônio imaterial brasileiro onde se cria, interpreta e executa obras de caráter artístico-cultural, podendo incluir em seus espetáculos números acrobáticos, malabarismos, equilibrismo, pantominas, mímicas, ilusionismo, dança, música, teatro, apresentações cômicas ou dramáticas no solo ou em forma aérea, não incluindo rodeios com animais;

**II - circense:** povo e comunidade tradicional em que todas as habilidades e apuro técnico desempenhadas no âmbito do circo são adquiridos em família, desde a tenra idade e repassadas de geração em geração, para efeito de exi-

h



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

## MINAS GERAIS

bição ou divulgação ao público, em estrutura, equipamentos e acomodações embaixo de lona própria.

**§ 1º** - As denominações e descrições das funções em que se desdobram as atividades dos trabalhadores circenses constam do Decreto Federal nº 82.385/78 que regulamenta as profissões de artistas e técnicos.

**§ 2º** - Para garantia de sua sobrevivência e complementação de renda o circo poderá locar suas dependências para outras manifestações artísticas como shows diversos, músicas, teatros, danças, cultura popular e oficinas artísticas.

**Art. 3º** - A licença de localização e funcionamento para instalação de circo itinerante será requerida ao Poder Executivo pelo representante legal da pessoa jurídica ou por terceiro que detiver procuração específica para representação junto a Administração Pública.

**§ 1º** - O requerimento será protocolado com antecedência mínima de 05 (cinco) dias retroativos a data do início das atividades, constando de informação quanto ao tempo de permanência no Município.

**§ 2º** - A taxa para emissão da Licença de Localização e Funcionamento é a constante da Lei Complementar n.º 10/1997 com as alterações posteriores.

**§ 3º** - A licença de localização e funcionamento terá validade pelo prazo declarado no requerimento das atividades circenses no Município, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, ainda que ocorra mudança de localização do circo dentro do Município.

h



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

## MINAS GERAIS

**§ 4º** - O requerimento da licença de localização e funcionamento, observadas as normas pertinentes, será instruído com as seguintes informações e documentos:

- I** - documento de constituição da pessoa jurídica;
- II** - identificação pessoal e fiscal do responsável pela representação da pessoa jurídica perante a Administração Pública;
- III** - contrato de locação ou concessão do direito real de uso da área necessária para instalação do circo;
- IV** - documento de Arrecadação Municipal (DAM) quitado referente aos lançamentos tributários e contribuições incidentes sobre as atividades circenses, se exigidas;
- V** - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART da estrutura;
- VI** - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB.

**§ 5º** - O atendimento das exigências técnicas constantes desta lei será comprovado por atestados técnicos ou termos de compromisso prestados pelos responsáveis da pessoa jurídica e profissionais habilitados e das necessárias Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) emitida pelo CREA/MG.

**Art. 4º** - Sem prejuízo de outras medidas e sanções de natureza civil, penal e administrativa, a inobservância ao disposto nesta lei implicará na responsabilização dos infratores, nos termos da legislação vigente, sem prejuízo da proibição da realização das apresentações circenses ou da interdição do local.

**Art. 5º** - Fica o Poder Executivo autorizado a:

- I** - disponibilizar, por meio de instrumento administrativo próprio, espaços dotados de infraestrutura mínima de água potável, energia elétrica e rede sanitária de esgotos para circulação programada dos circos;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

## MINAS GERAIS

II - a criar a Escola Municipal de Circo, com estrutura e atribuições definidas em Decreto, e/ou instituir disciplina equivalente na grade extra-curricular do sistema municipal de ensino

**Art. 6º** - A Secretaria Municipal de Educação e Esporte, de acordo com as disposições da Constituição Federal e conforme disposto no art. 29 da Lei Federal nº 6.533/78, deverá assegurar o direito à educação e formação das crianças da família circense em idade escolar e encaminhá-las às unidades escolares da municipalidade enquanto da permanência do circo no Município.

**Art. 7º** - A Secretaria Municipal de Saúde deverá assegurar a prestação dos serviços básicos de saúde aos profissionais circenses, familiares e dependentes naturais, durante o período em que permanecerem instalados no Município, inclusive quando não se tratar de atendimento emergencial e independentemente de domicílio.

**Art. 8º** - A Secretaria Municipal de Cultura deverá orientar os profissionais circenses no âmbito do incentivo e da preservação do patrimônio imaterial das atividades correlatas.

**Art. 9º** - O Município, reconhecendo a característica itinerante do circo, aceitará como logradouro oficial do circense o endereço da sua entidade representativa.

**Art. 10** - Ficam reconhecidos, no âmbito municipal, os estabelecimentos de circo e a atividade circense, como forma de expressão reconhecida como patrimônio cultural brasileiro, nos termos do artigo 216, da Constituição Federal, e patrimônio cultural mineiro nos termos do artigo 208 da Constituição Estadual.

15



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS**

## **MINAS GERAIS**

**Art. 11** - O circo passa a ser visto e valorizado como uma ação tradicional que tem valor como patrimônio cultural, tanto para o município quanto para o estado de Minas Gerais.

**Art. 12** - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

**Art. 13** - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.

**Art. 14** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Itaú de Minas/MG, em 15 de dezembro de 2022.

**NORIVAL FRANCISCO DE LIMA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**